1º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIARIOS/2017

CURSO DE DIREITO

MAIO/2017

PROVA SUBJETIVA

_____
Nome do Candidato (Com letra legível)

_____
N° inscrição

INSTRUÇÕES

1. Este boletim contém 02 (duas) questões de conhecimentos específicos de Direito. As. respostas conferidas às questões desta prova serão utilizadas também para avaliação da Língua Portuguesa.
2. Leia com atenção a sua prova e verifique se está completa. Caso exista algum problema, comunique-o ao fiscal de sala.
3. Você dispõe de espaço para rascunho. Contudo, as respostas das questões devem ser transcritas para os respectivos espaços nas provas, destinados especificamente para este fim.
4. Utilize caneta esferográfica **preta** ou **azul** para responder às questões. Não serão consideradas respostas escritas a lápis.
5. Fique atento ao tempo de duração das provas.
6. Boa Prova!

As questões têm valor idêntico de 05 (cinco) pontos.

O candidato deverá anotar no campo abaixo apenas o seu número de inscrição, sendo expressamente vedado qualquer outro tipo de identificação (nome, assinatura ou outro sinal que permita individualizá-lo), sob pena de desclassificação de concurso.

1ª Questão) - A Procuradoria da República no Município de Paragominas recebeu uma representação do Ministério do Trabalho e Emprego, noticiando a fiscalização realizada pelo grupo móvel do referido órgão que constatou existirem trabalhadores da Fazenda Velho Mundo, localizada no mesmo município, há meses sem receber salário, dormindo em local que também era habitado por animais e tomando a mesma água destinada a estes.

Na mesma representação, o MTE destacou que os trabalhadores foram trazidos de outros estados da Federação e, por tal motivo, encontravam-se completamente impossibilitados de buscar auxílio para deixar o local de trabalho ou de conseguirem retornar para as respectivas cidades de origem.

Ciente da representação, o Procurador da República responsável entendeu que a situação descrita era suficiente para comprovar a materialidade do delito de redução a condição análoga à de escravo, porém que estavam ausentes dados suficientes para a aferição da autoria. Por tal motivo, requisitou que o Delegado da Polícia Federal instaurasse Inquérito Policial – IPL.

O referido Delegado solicitou a reconsideração do pedido para a instauração do IPL, sob o fundamento de ausência de justa causa, já que, em sua opinião, o fato de os trabalhadores não conseguirem deixar o local por impossibilidade financeiro-organizacional não configuraria restrição à sua liberdade, bem como que as condições de alojamento e saneamento seriam comuns na região, não configurando, tais condutas, a materialidade delito imputado.

O tipo penal em debate possui o seguinte enunciado normativo: "Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência."

Diante da situação hipotética apresentada e de seu conhecimento sobre as normas aplicáveis aos fatos, **elabore uma dissertação de, no máximo, 30 (trinta) linhas, manifestando, com fundamentos jurídicos, se concorda ou discorda do posicionamento do Delegado e, na linha de argumentação defendida pelo candidato, qual providência o Ministério Público Federal deve adotar diante do pedido de reconsideração recebido.**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO: _____

Resposta da 1ª Questão

01_____

_____

_____

_____

05_____

_____

_____

_____

_____

10_____

_____

_____

_____

_____

15_____

_____

_____

_____

_____

20_____

_____

_____

_____

_____

25_____

_____

_____

_____

_____

30_____

2ª Questão) Disserte sobre o instituto da prescrição aplicado às Ações de Improbidade administrativa. (20 linhas).

01

05

10

15

20

RASCUNHO QUESTÃO 01:

Rascunho

RASCUNHO QUESTÃO 02:

1

5

10

15

20

Rascunho